

na meta "Homem". Então, verificamos que esse "slogan" é um engodo, é uma farsa, um logro, porque até o presente momento o Sr. Governador não aplicou nem uma milésima parte daquilo que dissera em sua campanha. Sua meta seria o Homem. Prova o contrário este veto, que beneficia grupos econômicos e não o proletário, aquele que necessita a visão do Governo e das autoridades constituídas — o Homem. Então o Sr. Governador peca pela base ao sustentar que a sua meta é o Homem. Os cartórios devem permanecer fechados, para que não se dê oportunidade ao funcionamento dos bancos aos sábados. O não funcionamento dos bancos aos sábados começou pelo Banco do Brasil, através de decreto baixado há pouco, seguido por outros bancos. Para que não voltem a funcionar, então que se fechem os cartórios também. Derrubemos o veto do Sr. Governador, em atenção à sua pregação política, de que sua meta é o Homem. Já que S. Exa. não aplica as teses que defendeu em campanha, nós, deputados da oposição, vamos lhe dar de presente a sustentação de sua tese e vamos rejeitar o seu veto.

Era o aparte que desejava oferecer a V. Exa.
O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Agradeço o aparte de V. Exa. Dizia eu que várias entidades bancárias se manifestaram favoravelmente ao projeto — há três ou quatro mil assinaturas de bancários — num anseio de que esta lei se torne realidade. No entanto, o projeto é vetado.

A própria Câmara Municipal de São Paulo se manifestou a favor da medida, quando se encontrava na Presidência da edilidade nosso atual colega, deputado Januário Mantelli Neto. A Câmara Municipal e a Prefeitura de Osasco também se manifestaram favoravelmente.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. me permite um aparte?
O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Antes, desejo conceder um aparte ao nobre deputado Oswaldo Massei, que já o havia solicitado.

O Sr. Oswaldo Massei — Nobre deputado, vem V. Exa. tomando posição de defesa dos serventários da justiça. Quero trazer meu testemunho, como Prefeito de São Caetano do Sul, município ligado à Capital. Tive oportunidade de fazer uma experiência lá, excluindo o sábado do expediente normal da Prefeitura, por uma razão muito simples: percebe-se muito bem que o funcionalismo, na Capital e nos municípios circunvizinhos, não produz no sábado tanto quanto nos outros dias. A experiência trouxe enormes benefícios não só à população, melhorando sensivelmente o "modus vivendi" dos próprios funcionários municipais. V. Exa. está defendendo o projeto com clareza meridiana. Lamentavelmente, o Sr. Governador ainda não percebeu que o funcionalismo — com exceção dos funcionários ligados a funções especiais, como os de serviço médico — não deve trabalhar aos sábados. Acredito que V. Exa. fará com que esta Casa compreenda a necessidade da medida e rejeite o veto do Sr. Governador do Estado.

O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Agradeço o aparte de V. Exa. Seu testemunho, como ex-Prefeito de São Caetano do Sul, demonstra a justiça do projeto e a injustiça do veto. Tenho a impressão de que o Sr. Governador somente sancionará as leis daqueles deputados que fazem parte do rôlo-compressor. Nós pertencemos àquele pequeno grupo que defende os interesses de São Paulo e estamos observando atentamente a atuação de S. Exa. que, conforme já disse nesta sessão, se desviou completamente daquela rota seguida por Jânio Quadros e Carvalho Pinto nos últimos oito anos de Governo, e que havia imposto à administração moralidade, imposto à administração boa aplicação dos dinheiros públicos. Os orçamentos dos dois últimos governos eram claros e precisos. Não havia nada de clandestinidade, não eram orçamentos clandestinos. A despesa era clara, a receita também, as contas eram apresentadas e se ajustavam perfeitamente na contabilidade. O Tribunal de Contas não tinha muito trabalho com as contas de Jânio Quadros e Carvalho Pinto, porque eram claras como o dia. Mas este Governo começou muito mal, dando mau exemplo, porque o Governo é como uma família, se uma família não tiver um chefe que saiba conduzi-la, se esse chefe não for honesto, se esse chefe não der bons exemplos, a família se destrói. Felizmente São Paulo nestes últimos 8 anos possuiu chefes que davam bons exemplos, orientavam bem a família de São Paulo, mas por uma coisa que a fatalidade não faz nunca prever, aqueles dois homens que serviram São Paulo — e eu estive ao lado deles — se desentenderam e possibilitaram, infelizmente, que um homem sem escrúpulos assumisse os Campos Eliseos, um homem que não titubeia em comprar consciências, um homem que quando quer uma coisa quer mesmo de qualquer maneira.

O Sr. João Batista Botelho — V. Exa. permite um aparte?
O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Já darei e será muita honra para mim. Quando quer uma coisa ele a consegue de qualquer maneira. Observamos, nestes últimos 30 dias nesta Assembleia, quando se formava uma oposição aos desmandos do Governo, que a medida que passavam os dias essa minoria opositora diminuía quantitativamente (muito bem!) mas se engrandecia pela qualidade dos remanescentes. (Muito bem!)

O SR. PRESIDENTE (Fazendo soar a campainha) — Nobre deputado Scalamandre Sobrinho, esta Presidência informa que resta um minuto do tempo regimental de V. Exa.

O SR. ARAIPE SERPA (Para reclamação) Sem revisão do orador
— Sr. Presidente, desejo inscrever-me e ceder o meu tempo ao nobre deputado Scalamandre Sobrinho, para que S. Exa. possa concluir as suas judiciosas considerações acerca do veto aposto pelo Sr. Governador ao projeto de lei de iniciativa de S. Exa.

O SR. PRESIDENTE — A Presidência informa que há orador inscrito para falar a favor do veto e, oportunamente, segundo o critério da alternatividade, chamará o nobre deputado Scalamandre Sobrinho pela cessão de tempo do nobre deputado Araiipe Serpa.

O SR. SCALAMANDRE SOBRINHO — Sem revisão do orador — Sr. Presidente e Srs. deputados, resta-me um minuto para terminar, e nesse minuto, neste tempo em que estou falando contra o veto, desejo reafirmar que o povo paulista não se deixará enganar facilmente, o povo paulista está vigilante à atuação deste Governo e, na próxima eleição municipal, ele terá a resposta que merece, porque fatalmente será derrotado, porque o interior, que sempre foi bem acolhido nos dois últimos governos, hoje se encontra completamente abandonado, devendo vir à Capital de chapéu na mão novamente para pedir favores a quem está no poder por uma infelicidade, mas terá a sua resposta.

O SR. PRESIDENTE — (Fazendo soar a campainha) — Está encerrado o tempo de V. Exa.

Tem a palavra o nobre deputado João Batista Botelho.
O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO (Sem revisão do orador) — Sr. Presidente, Srs. deputados, como já é do conhecimento da Casa e do povo de São Paulo, não pertencem e não pretendo pertencer ao rôlo compressor. Não. Ajo, como já disse, de acordo com a minha consciência e, homem do interior, da roça, homem das mãos deformadas pelo trabalho honrado da lavoura, tenho que estar favorável ao veto do Sr. Governador. Com as mãos deformadas, determina a minha consciência que eu esteja de acordo com o veto, embora pertença à oposição. Faço parte integrante da maioria. Mas queria lembrar ao nobre deputado Scalamandre Sobrinho, que fez referência ao nosso líder, aliás, ao nosso amigo Jânio Quadros, que Jânio, quando assumiu a Presidência da República, quando tinha como seu grande auxiliar o nobre deputado Araiipe Serpa...

O Sr. Araiipe Serpa — E' bondade de V. Exa.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO ... aumentou o horário de trabalho, aliás, coisa justa, que mereceu o aplauso da maioria dos brasileiros bem intencionados.

Assim que Jânio saiu da Presidência da República é que houve diminuição no horário de trabalho dos funcionários federais, o que mereceu aplauso de apenas pequena parcela de brasileiros mal intencionados.

O Sr. Alfredo Farhat — V. Exa. permite um aparte? (Assentimento do orador.) Estou ouvindo o brilho da dissertação de V. Exa. não entro no seu mérito. Apenas, como advogado, levanto uma questão, que desejo ser aclarada, e que é a seguinte: é da competência da Assembleia Legislativa, no quinquênio, intervir na organização judiciária do Estado? Esta é a tese jurídica. Não entro em detalhe de horário de trabalho dos lavradores etc. Se a Assembleia Legislativa não tem competência, no quinquênio, então, tudo que estamos fazendo é inconstitucional. Se é da sua competência, face ao art. 151 da Constituição do Estado, então, entrar-se-á no mérito, no âmago da questão, para dirimir qualquer dúvida.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Nobre deputado Alfredo Farhat, é difícil, para mim, entrar no terreno jurídico, pois não entendo bem este problema. Ainda não entramos nele, e possivelmente não entraremos, porque foge à nossa capacidade. Não discutimos a respeito da competência ou não da Assembleia Legislativa decidir; aceitamos até a tese de que seja de sua competência. Mas, então, compete, a esta altura, à Assembleia Legislativa não dar, porque não é pelo fato de ter competência para legislar que ela se verá na obrigação de legislar a favor desta ou daquela organização. Não discutimos se ela tem competência; acredito até que tenha competência; mas não entro neste mérito de competência ou não. Entro no mérito da conveniência ou não.

Acho inconveniente, acho improdutivo para o interior, principalmente, o fechamento dos bancos aos sábados. Isso traz grande prejuízo para a lavoura, para a zona rural. Ninguém, que tenha ligações, que tenha raízes populares, que sinta o problema do proletário, do homem do campo, desconhece que o fechamento dos bancos, aos sábados, no interior, traz graves prejuízos para a lavoura, para o arrendatário, para o meeiro, para o homem do campo.

O Sr. Scalamandre Sobrinho — V. Exa. permite um aparte?

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — ... para o homem da roça para o diarista, para o empregado.

Tem o aparte o nobre deputado Scalamandre Sobrinho.

O Sr. Scalamandre Sobrinho — (Com assentimento do orador) — Estou ouvindo V. Exa., homem do interior, que defende uma tese que vai ao encontro das aspirações daquela gente. Mas não acho que V. Exa. tem razão quando julga prejudicial o fechamento dos bancos aos sábados. V. Exa. se refere ao prejuízo que têm os homens do campo, a classe rural. Mas, nobre deputado, ouço falar que os lavradores estão morrendo de fome, não têm nada, não têm dinheiro nem para si nem para seus filhos. Não será a abertura dos bancos aos sábados que irá melhorar a vida dessa gente. A meta é outra coisa.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Infelizmente, conheço de perto o problema. Mas é justamente porque eles não têm depósitos nos bancos que são prejudicados. Os colonos recebem em cheque pela semana ou pelos dias que trabalham e, se os bancos não abrem aos sábados, perdem o dia de trabalho, porque têm que ir à cidade descontá-lo na segunda, na terça ou na quarta, quando o patrão der permissão. Ah!, nobre deputado, se os homens do campo tivessem dinheiro no banco. Que maravilha seria, porque emitiriam cheques e fariam seus pagamentos. Mas não têm. Precisam do banco exatamente para descontar o cheque que recebem do patrão. É o caso dos cartórios do interior, que aos sábados realizavam maior número de negócios.

O Sr. Scalamandre Sobrinho — Nobre deputado João Batista Botelho, meu prezado amigo cuiabano, V. Exa. sabe que sou um dos seus admiradores. Considero-o um homem puro, de boas intenções, um homem autêntico. Estou admirado de ouvir V. Exa. dizer que os colonos recebem cheques. Só se for na região de Aracatuba, porque o que ouço dizer é que os colonos em geral são expoliados, os armazéns fornecem mediante vales e no fim, no pagamento, eles recebem esses vales. Só se for em Aracatuba, nobre deputado. Sou homem do interior, estou aqui na Capital há 30 anos, mas vou constantemente à Aracatuba, minha terra natal, vou constantemente à Ibiúna, onde outro dia estive o Presidente desta Assembleia, nobre deputado Ciro Albuquerque. Ibiúna é centro rural, essencialmente agrícola. E V. Exa. não pode calcular o trabalho que nos deu a instalação de uma agência bancária em Ibiúna. Consequimos a instalação da agência através de muita insistência. Hoje, Ibiúna tem um ou dois bancos, instalados com dificuldade. A própria SUMOC cria dificuldades para aqueles bancos idôneos que querem instalar agências, principalmente na zona rural. De maneira que, nobre deputado João Batista Botelho, o meu projeto não prejudicará as cidades do interior. Pode V. Exa. estar certo disso, porquanto não são os lavradores que irão deixar de receber o dinheiro aos sábados, em virtude do fechamento dos bancos, pois os lavradores não recebem seu ordenado em cheques, de modo geral. Pode ser que, em algumas fazendas, os pagamentos sejam efetuados em cheques. Porém, de um modo geral, os pagamentos são feitos pelas próprias fazendas, e, quando se efetuam os pagamentos, recebem os vales de suas compras nos armazéns. É geralmente o que acontece; recebem os vales. E até no governo, quando foi eleito governador o Sr. Jânio Quadros, o pessoal do DER não recebia.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Mas, naquela época o funcionário também não recebia.

O Sr. Scalamandre Sobrinho — Não recebia. O pessoal, então, recebia inúmeros vales dos armazéns que lhes forneciam mantimentos, numa exploração tremenda. E havia até o caso de os pagamentos ficarem doze meses em atraso.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Será que o Sr. Adhemar do Barros vai voltar a esse tempo?

O Sr. Scalamandre Sobrinho — E os governos dos Srs. Jânio Quadros e Carvalho Pinto estabilizaram essa situação. E este governo não está pagando o funcionalismo em dia, apesar de ter os cofres abarrotados de dinheiro.

O SR. JOÃO BATISTA BOTELHO — Infelizmente, quanto a esse problema, temos que lamentar e colaborar com V. Exa.

Mas, nós temos que ser objetivos e também um tanto realistas, quanto ao problema do não pagamento. Não é no sentido genérico. Realmente, existem fazendas que têm armazéns. Realmente existem os maus patrões. Mas também existem fazendas que não têm armazéns, e, também existem bons patrões, que pagam todos os sábados, religiosamente, ou todas as sexta-feiras, ou de quinze em quinze dias, ou mensalmente. Existem os patrões que pagam.

Outro problema interessante é o de que o Banco do Brasil financia, através de cartas de anuência. Cada lavrador pode retirar, nessas condições, 140 mil cruzeiros. Cada lavrador. E isto o Banco do Brasil tem feito, em todas as suas agências. Desde que o patrão, que o dono da terra lhe dá uma carta de anuência, o Banco do Brasil financia, diretamente ao lavrador importância de até 140 mil cruzeiros, sem o endosso do patrão. Então, há, realmente, movimento bancário, através do homem do campo.

Permitam-me V. Exas. que me classifique, neste instante, doutor nesse assunto. Há, realmente, financeiramento ao homem do campo. O homem do campo, com esta insignificância de 140 mil cruzeiros não tem possibilidades de tocar a sua lavoura. Mas isso existe.

Não tenho idéia de quantos contratos foram feitos em Aracatuba, mas sei que foram feitos inúmeros. Tenho certeza da feitura de contratos dessa natureza, pelo Banco do Brasil em Monte Aprazível, em Valparaíso, em Andradina, em Mirandópolis e Guararapes. Repito: foram muitos os contratos dessa natureza feitos, através dessa orientação, que consideramos insuficiente para os lavradores e que não deverá continuar. Porém, o certo é que ele não terá o sábado para efetuar essa transação, em virtude do fechamento dos bancos. Então, ele terá que perder a segunda-feira, devendo faltar, para tanto. E quando ele fica na cidade, ele deverá pagar a jardineira e mesmo que traga um sapicão de passoca, ele terá ainda que levar uma porção de balas para enganar os bacurís, que são inúmeros, que são muitos, que são a única riqueza do pobre. A única riqueza do pobre é filho. Isso é sacrifício ou não? Isso é deficiência para o trabalhador ou não? Quando vem à cidade para realizar um pequeno negócio — isso não acontece nos latifúndios e talvez com a reforma agrária melhor — não pode realizá-lo, porque no sábado a Prefeitura de São Caetano, por exemplo, está fechada, o cartório não trabalha. Como ele vai passar a escritura? Ou essas repartições se fecham para todos ou não sacrificam quem já é sacrificado? Não podemos aceitar que o pobre só vá para a frente quando tropeça — e assim mesmo tem que voltar, para pegar o chapéu que caiu. Não podemos dar vantagem para uns, em detrimento de quem já não aguenta mais o sofrimento. Não podemos concordar com isso.

Isto não quer dizer que estamos participando do "rôlo compressor" Estamos apoiando uma medida que vem ao encontro daqueles que sofrem e precisam de ajuda, que já deveriam ter sido beneficiados pelo Poder Público quer da União, quer do Estado, quer dos municípios.

Fiz uma coisa talvez inédita, abrindo uma farmácia dentro da Prefeitura da minha terra. O homem da roça, que vinha à cidade em busca de uma migalha de dinheiro, nos bancos, depois ia buscar seu remédio na Prefeitura. Conhecemos o problema daqueles que sofrem e sentem necessidade de apoio da administração pública, até hoje negado.

O Sr. José Sabá — (Com assentimento do orador) — Já várias vezes, em aparte a V. Exa., exaltei a maneira sincera dos seus pronunciamentos. A cada dia que passa mais admiro V. Exa., sem favor algum da minha parte. Admiro homens sinceros. Vejo bem que V. Exa. disse que não pertence ao "rôlo compressor". Entendo seus pronunciamentos, como muitos deputados não entendem. Há poucos dias, participando de uma mesa redonda sobre problemas do funcionalismo, em socorro do que V. Exa. defende, fui a favor do funcionamento de três setores trabalhar aos sábados: postos de puericultura, postos de saúde e casas de lavoura. Sou de acordo, inclusive nobre deputado, que deva existir o rodízio para que essas repartições funcionem no domingo. E por que, nobre deputado? Eu não sou do interior, sou da Capital, pois não busquei votos no interior. Entendo, nobre deputado, e sustento a minha tese, porque V. Exa., que é do interior e que compreende o problema, sabe das dificuldades por que passa o homem que trabalha nas roças, os camponeses, e não dizemos camponeses, dizemos roceiros, porque se falarmos em camponeses entenderão comunistas. Então o pobre trabalhador da roça vai à cidade no sábado, chega à cidade e o que vê? A Casa da Lavoura? Fechada. O Posto de Saúde? Fechado. O Posto de Puericultura? Fechado. Há poucos dias recebi, da cidade de Vera Cruz, cópia de requerimento aprovado na Câmara solicitando do Governo providências para o funcionamento desses três setores de vital importância para o povo do interior nos sábados. Como sou deputado de vila da periferia de São Paulo, sinto o problema dos postos de puericultura e de saúde. Pais sem recursos buscam os postos de puericultura nos sábados ou domingos e têm de esperar segunda-feira, se sua criança estiver viva. Se adoecer na sexta-feira, não terá condições para tratamento. Veja V. Exa.: o Estado existe em função do quê? Nobre deputado, esta tese defendi numa "mesa redonda" e a sustento agora e lutarei por ela, embora o projeto não seja meu, e sim do deputado Amaral Gurgel, pela volta do funcionalismo ao trabalho nos sábados nesses três setores de vital importância para o povo. Se não quiserem forçar os funcionários, que procedam ao rodízio, de tal sorte que o humilde morador da roça tenha a possibilidade de receber o mínimo que o Governo oferece através da